

Boletim CR/RRR

FEVEREIRO/2017

I. Conjuntura

O ano de 2017 será de fortes embates. O governo golpista de Michel Temer vem acelerando sua política de redução dos direitos trabalhistas e sociais, através da aprovação de reformas de cunho neoliberal.

Neste sentido, a aprovação da greve geral da educação no 33º Congresso Nacional da CNTE, defendida pela APEO-ESP e outros sindicatos, aponta o caminho da mobilização para o enfrentamento da reforma da previdência, contra a reforma do ensino médio, pela implementação do Plano Nacional de Educação, da lei do piso e, em cada estado, por reajuste salarial e demais reivindicações.

Ao mesmo tempo, a decisão

da ministra Carmem Lúcia, presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF) homologando as delações premiadas de 77 executivos da Odebrecht, mas mantendo-as em sigilo, mostra o grau de comprometimento do poder judiciário com o processo de golpe que se iniciou com a cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff e continua a se aprofundar. A divulgação dos conteúdos das delações certamente mostrará (como demonstram informações extra-oficiais) o grande envolvimento de membros e apoiadores do governo Temer (a começar por ele próprio) em esquemas de corrupção.

Por outro lado, a composição

de um Congresso Nacional altamente conservador continua favorecendo as movimentações políticas que objetivam manter e aprofundar o controle dos golpistas nas mesas da Câmara Federal e do Senado, objetivando a sustentação e rapidez em relação às políticas antipopulares.

Para os movimentos sociais, não há outra alternativa que não seja a mobilização da sociedade, buscando ampliar a adesão de todos os atores envolvidos.

A luta contra a reforma da previdência ocupa um lugar central neste embate. É fundamental organizar nossa categoria, em aliança com os demais trabalhadores, por meio da Central Única dos Trabalhadores (CUT),

para impedir a aprovação desta reforma.

A PEC 387, além de fortalecer o processo de privatização do sistema previdenciário brasileiro, forçando os trabalhadores a investirem em aposentadorias complementares (privadas, ligadas ao sistema bancário), tornará impossível aos trabalhadores alcançarem a aposentadoria integral, mesmo que tenham alcançado a idade mínima de 65 anos, que passará a ser exigida para todos. Para que isto possa ocorrer (aposentadoria integral aos 65 anos) a pessoa terá que

iniciar suas contribuições aos 16 anos, ininterruptamente até os 65.

No caso do magistério, considerada uma profissão penosa, o direito assegurado atualmente à aposentadoria especial deixará de existir. Se já está difícil que jovens optem pela profissão do magistério pela falta de perspectiva profissional e baixos salários, a escolha ficará mais difícil ainda no futuro próximo com estas mudanças em curso.

A reforma da previdência atinge de forma ainda mais dura as professoras. Além das jornadas

de trabalho desgastantes em diversas escolas, baixos salários, falta de perspectivas e outras características da atual situação profissional, as professoras têm ainda outra jornada como donas de casa e mães. Perdendo a aposentadoria especial, sendo agora obrigadas a trabalhar até os 65 anos pelo menos, essas professoras, que constituem 80% da nossa categoria, serão ainda mais penalizadas. Neste sentido, há forte simbologia na realização de nossa assembleia no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

II. CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL

S.E.E. tumultua processo de atribuição de aulas para enxugar a máquina

Mal iniciamos o ano e a Secretaria da Educação do Estado publicou uma série de Resoluções e Comunicados sobre o processo de atribuição de aulas, gerando muita confusão no interior da rede pública, trazendo insegurança

aos professores e professoras, os quais, além de receberem um salário que não foi reajustado há quase três (03) anos, correm o risco de ficarem sem aulas, terem suas jornadas de aula desrespeitadas, serem prejudicados na possibilidade legal de acúmulo de carga e ainda correm o risco de perderem a aposentadoria especial com a Reforma da Previdência do golpista Michel Temer.

O clima foi tenso no processo de atribuição de aulas, onde

se constatou que muitos professores categoria O, em especial, poderão ficar sem aulas, além dos professores e professoras efetivos de cargo e categoria F que poderão ser prejudicados também. A política de enxugamento de gastos com pessoal do governo Geraldo Alckmin, procurando reduzir o número de professores contratados - além de outros profissionais do magistério que deixarão de ser contratados para projetos, como os professores media-

dores, vices-diretores, dentre outros, prejudicando o projeto pedagógico da escola - e a provável superlotação de salas de aula como resultado desta política irresponsável norteia todas as ações deste governo.

É neste clima tenso que a APEOESP tem atuado, pressionando a Secretaria da Educação do Estado, buscando defender, sempre, o interesse dos professores, dos profissionais do magistério e da educação como um todo. Nosso Sindicato ingressou com um mandado de segurança coletivo com pedido de liminar para resguardar os direitos dos professores no processo de atribuição de aulas, através do cumprimento do cronograma de atribuição de aulas, tendo em vista que a SEE publicou um Comunicado da CGRH alterando este cronograma, o que viria a prejudicar mais ainda os professores e professoras. Apesar do prazo exíguo, nosso Sindicato conquistou a liminar, impondo uma importante derrota ao governador Geraldo Alckmin. A liminar determinou a recondução dos professores que estavam cumprindo funções como mediadores, responsáveis por salas de leitura, professores em presídios e na Fundação Casa.

Governo descumpre a liminar

Mesmo com a determinação da juíza responsável para que

a SEE cumprisse a liminar, o governo não acatou a ordem judicial. Paralelamente, o Tribunal de Justiça, de forma incomum, substituiu esta juíza por outro magistrado, pelo prazo de uma semana. No momento em que escrevemos este boletim, o novo juiz ainda examina o recurso impetrado pelo governo. A APEOESP está encaminhando representação junto ao Ministério Público contra o governo por crime de desobediência.

Governo Alckmin não reajusta salários e achata carreira

Além de impor um processo de atribuição que deixará muitos professores sem aula, muitos docentes efetivos com aulas em duas, ou até três escolas - isso sem falar nos professores categoria F e categoria O, que vivem uma situação ainda mais difícil - o governador Geraldo Alckmin anuncia um reajuste salarial que se aplicará apenas aos professores PEB I, sendo 10% para os PEB I no nível 1 e 5% para os PEB I no nível 2. A medida, limitada e insuficiente, visa adequar a realidade salarial do magistério paulista à lei do piso (lei 11.738/2008), conforme insistentes denúncias da APEOESP desde 2016, quando pela primeira vez o salário de PEB I ficou abaixo do piso nacional.

Se depender do governo estadual, os demais professores não receberão nenhum reajuste, aumentando a perda salarial que já vem se acumulando desde julho de 2014, quando nossa categoria recebeu o último reajuste. Hoje seria necessário um percentual de reajuste de 21,23% para recuperar as perdas do período. Nossa luta, porém, tem como perspectiva, além deste reajuste imediato, a equiparação com os demais profissionais com formação equivalente, como determina a Meta 17 do Plano Estadual de Educação.

APEOESP chama os professores à greve

Os professores não irão aceitar mais um ano sem reajuste, por isso a diretoria da APEOESP convocou reunião extraordinária do Conselho Estadual de Representantes (CER) para o dia 04 de fevereiro, onde será feito um balanço inicial sobre a disposição da categoria para iniciar a greve a partir do dia 15 de março, em conjunto com os profissionais da educação de todo país, articulando este movimento ao conjunto da classe trabalhadora na luta contra a Reforma da Previdência do governo golpista de Michel Temer, na perspectiva da greve geral de todos os trabalhadores brasileiros.

Para ser vitorioso, este movimento deve contar com a par-

ticipação da maioria da nossa categoria. Portanto, é fundamental a unidade interna para obtermos vitória. Os professores e professoras deverão iniciar no decorrer do mês de fevereiro e início de março um amplo processo de debate nas escolas, com o conjunto da categoria, abrir um processo de debates também com os estudantes e a comunidade escolar, buscando envolver a sociedade em defesa de uma escola pública de qualidade para todos.

No dia 08 de março, os professores e professoras de todo estado devem se reunir numa grande assembleia no vão livre do MASP (Avenida Paulista) para aprovar o início de um forte movimento de greve. Este governo já demonstrou seu total descompromisso com o magistério e com a educação pública, portanto, para barrar esta política de desmonte da escola pública e a política de precarização da classe trabalhadora no país, contra a Reforma da Previdência, que acaba com a aposentadoria especial dos professores; contra a Reforma do Ensino Médio, que pretende consolidar uma escola para os filhos da classe trabalhadora e outra para a elite neste país e contra todas as medidas conservadoras em curso em nosso país, os professores sairão às ruas, contribuindo com o processo formativo cidadão para uma sociedade mais justa e democrática de verdade.



Calendário de luta

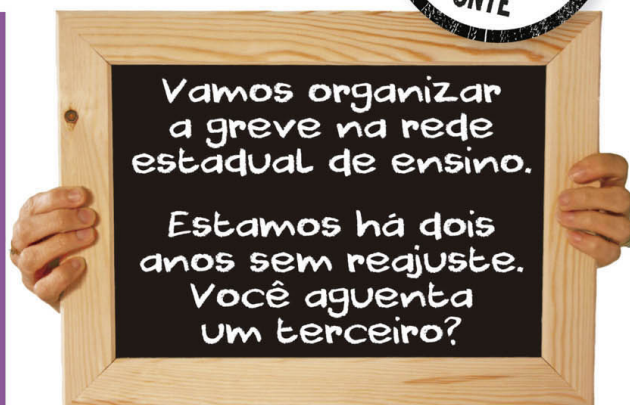
De 01 a 03 de fevereiro	RR extraordinária nas subssedes
Dia 04 de fevereiro	CER extraordinário
Mês de fevereiro	realizar debate nas escolas e regiões preparando a greve
Dia 06 de março	RR ordinária nas subssedes
Dia 08 de março	CER ordinário Assembleia Estadual – Vão Livre do MASP (Av. Paulista)

EM MARÇO OS PROFESSORES DO BRASIL

VÃO PARAR!



dia
8
março
quarta-feira
14h30



Assembleia Estadual dos Professores

Vão Livre do MASP
Avenida Paulista - São Paulo

com paralisação

REAJUSTE SALARIAL JÁ!

- Corrigir a defasagem de 9,2% dos salários em relação ao piso nacional - recuperação das perdas salariais de agosto de 2014 até momento (21,23% de reajuste) na perspectiva do cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação (equiparação salarial com demais profissionais com formação equivalente) Pela aplicação da Lei do Piso (Salário e Jornada)
- Melhores condições de Trabalho
- Não à reforma da previdência
- Mais investimentos para o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação
- Contra a reforma do Ensino Médio



SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNTE** e **CUT**

